

## COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

### REQUERIMENTO Nº , de 2026

(Da Sra. Dep. Helena Lima)

Apresentação: 24/03/2026 12:47:52.657 - CME

REQ n.18/2026

Requer a realização de Mesa Redonda externa, no município de Boa Vista, Estado de Roraima, no âmbito da Comissão de Minas e Energia, para discutir o aumento das tarifas de energia elétrica no Estado, seus impactos sociais e econômicos, os critérios regulatórios adotados e as medidas possíveis para mitigação dos efeitos sobre a população.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Mesa Redonda externa da Comissão de Minas e Energia, no município de Boa Vista, Estado de Roraima, com a finalidade de “discutir o recente aumento das tarifas de energia elétrica no Estado, bem como seus impactos sobre os consumidores residenciais, o setor produtivo, o comércio local e os serviços essenciais”.

A Mesa Redonda tem como objetivo debater, em especial, os seguintes pontos:

1. eventual ausência de mecanismos de transição, diferimento ou escalonamento capazes de reduzir o impacto imediato do reajuste;
2. como foi tratada a capacidade de pagamento do consumidor Roraimense no Arbítrio de reequilíbrio Contratual da Concessão face ao atraso causado por questões do licenciamento ambiental;
3. quais as medidas mitigadoras que estão sendo adotadas face ao impacto tarifário;
4. quais os aprimoramentos de mecanismos de participação social no monitoramento de reajustes tarifários poderão ser implantados;
5. como disponibilizar os mecanismos de controle e verificação de bandeiras tarifárias ( acessar os dados que motivam para iniciar e para finalizar ) a



- população, pois somente a informação de acionamento/ desacionamento das bandeiras chega ao grande público, sem que esse possa ter uma previsão clara de início ou fim;
6. na atual configuração do sistema energético, não há alternativa para que a concessionária local consiga energia mais barata ou incentivada no mercado e pratique uma tarifa mais módica ao consumidor;
  7. a fundamentação técnica, econômica e regulatória do reajuste tarifário, incluindo a identificação das responsabilidades envolvidas, a transparência na composição dos custos e a validação independente dos dados utilizados;
  8. a compatibilidade do reajuste com o princípio da modicidade tarifária, considerando a capacidade real de pagamento da população de Roraima e sua realidade socioeconômica;
  9. a existência de tratamento isonômico entre os estados da Região Norte, incluindo a análise da ausência de mecanismos de transição, escalonamento ou mitigação tarifária aplicados em Roraima em comparação com outros estados;
  10. a influência de ineficiências operacionais, falhas históricas de planejamento energético e decisões regulatórias no custo atual da energia, bem como a apresentação de soluções estruturais para redução tarifária;

Para tanto, sugere-se o convite às seguintes autoridades e representantes:

- Ministro de Estado de Minas e Energia (MME), Alexandre Silveira, ou representante;
- Secretário Nacional de Energia elétrica do MME, João Daniel de Andrade;
- Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, Sandoval de Araujo Feitosa Neto, ou representante;
- Diretora da Agência Nacional de Energia Elétrica, Agnes Maria Aragão da Costa;
- Diretora representante da concessionária/distribuidora responsável pelo serviço de energia elétrica em Roraima;
- Presidente da Associação Brasileira de Engenheiros Eletricistas (ABEE), Cristiano Bessa Teixeira da Cunha;
- Representante do Conselho do CREA-RR, Ederson Rodrigues do Nascimento;
- Representante da Empresa de Pesquisa Energética – EPE;
- Representante do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS;
- Representante do Governo do Estado de Roraima;
- Representante da Prefeitura de Boa Vista;
- Representante do PROCON de Roraima;
- Representante da Defensoria Pública do Estado de Roraima;



- Representantes do setor produtivo, do comércio, da indústria e da sociedade civil organizada do Estado;
- Representantes do Ministério Público Federal;

### **Justificativa**

O recente aumento das tarifas de energia elétrica em Roraima gerou forte preocupação social e institucional, diante do impacto direto sobre o orçamento das famílias, sobre a atividade econômica local e sobre a prestação de serviços em um Estado que já convive com desafios estruturais próprios.

Segundo amplamente divulgado no debate público, o reajuste médio chegou a 24,13%, índice que impõe ônus expressivo à população e exige esclarecimentos completos por parte das autoridades regulatórias e dos agentes responsáveis pela modelagem tarifária. Trata-se de tema de evidente interesse público e de alta relevância para a Comissão de Minas e Energia, especialmente porque envolve não apenas a composição da tarifa, mas também os princípios de equilíbrio regulatório, transparência e modicidade tarifária.

Embora a interligação de Roraima ao Sistema Interligado Nacional tenha sido apresentada como medida estruturante e estratégica, é necessário examinar, com profundidade e transparência, de que forma esse processo repercutiu na tarifa final paga pelo consumidor. A população precisa compreender quais premissas foram adotadas, quais alternativas foram avaliadas, quais encargos influenciaram a composição do preço e quais mecanismos poderiam ter sido utilizados para amortecer os impactos imediatos do reajuste.

Também merece atenção a realidade socioeconômica do Estado. Em unidades federativas com renda média inferior à média nacional e com elevada sensibilidade a custos essenciais, decisões tarifárias dessa magnitude precisam considerar, para além da lógica estritamente financeira, a capacidade real de pagamento da população e os reflexos sobre o custo de vida, o comércio e o desenvolvimento regional.

Nesse contexto, torna-se indispensável levar o debate para Boa Vista, permitindo que ele ocorra no próprio Estado afetado, com a participação direta da sociedade, das instituições locais, do setor produtivo e das autoridades responsáveis. A realização de Mesa Redonda externa em Roraima fortalece a transparência, amplia o controle social e assegura que os consumidores atingidos possam ser ouvidos de forma efetiva.

A Mesa Redonda será oportunidade para discutir medidas concretas de mitigação, inclusive a possibilidade de mecanismos de transição, escalonamento, diferimento ou outras soluções regulatórias e institucionais que reduzam os efeitos imediatos do aumento tarifário sobre a população roraimense.



Diante da relevância do tema, razão do presente requerimento, elevo à consideração dos nobres pares e solicito seu apoio para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, em 18 de março de 2026.

Helena Lima  
Deputada Federal  
MDB/RR

Apresentação: 24/03/2026 12:47:52.657 - CME

REQ n.18/2026

